

O ódio e a morte em nome de Deus

Hate and death in the name of God

João Décio Passos

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Resumo

As narrativas de ódio ganharam visibilidade pública na conjuntura política recente. A luta entre os dois presidencializáveis foi o gatilho que acionou e acirrou de modo cada vez mais polarizado uma luta entre o bem e o mal. A reflexão se propõe a examinar as relações entre o político e o religioso, concretamente, as relações entre as batalhas narradas pela Bíblia e as disputas políticas protagonizadas pelas frentes que compuseram a disputa eleitoral em nosso país. A relação entre *medo-ódio-violência* expõe a dinâmica de fundo que conta com Deus como seu último fundamento. A autoridade divina instaura o tempo da luta que autoriza, legitima e alimenta o ódio e a violência contra os inimigos do bem.

Abstract

Hate narratives have gained public visibility in the recent political situation. The fight between the two presidential candidates was the trigger that triggered and sharpened in an increasingly polarized way a fight between good and evil. The reflection proposes to examine the relationship between the political and the religious, concretely, the relationship between the battles narrated by the Bible and the political disputes led by the fronts that made up the electoral dispute in our country. The relationship between fear-hate-violence exposes the underlying dynamic that has God as its ultimate foundation. Divine authority establishes a time of struggle that authorises, legitimises and nurtures hatred and violence against the enemies of good.

Palavras-chave

Discurso de ódio.
Exegese/Hermenêutica bíblica.
Política.
Religião.

Keywords

Hate Speech.
Biblical
Exegesis/Hermeneutics.
Politics.
Religion.

Introdução

As teocracias do passado e as neoteocracias do presente mataram e matam com a autorização de Deus. O soberano que governa em nome de Deus tem autoridade para matar e gestar planos necropolíticos (MBEMBE, 2018), por estar dotado de poderes absolutos que se edificam precisamente sob a autoridade direta de um Deus. As cruzadas do passado e do presente adotaram narrativas maniqueístas que distinguem e opõem os do bem contra os do mal e buscam os meios simbólicos e concretos de aniquilar os inimigos; inimigos do bem e, portanto, inimigos de Deus e de seus escolhidos. Um poder exercido em nome de Deus divide de modo natural e necessário os territórios dos eleitos e dos inimigos, de forma que

a luta contra o inimigo não constitui tão somente uma estratégia de enfrentamentos em tempos de crise, mas, antes disso, designa o próprio governo autorizado a defender e expandir os territórios do Reino de Deus contra os territórios do reino do mal. A guerra contra os inimigos é o clima e a ordem permanente nesses regimes e governos e o ódio contra os mesmos inimigos o sentimento comum e legítimo que se vivencia e a base das operações de guerra. A sociedade estruturada em bolhas por meio das redes sociovirtuais deu a operacionalidade máxima a essa dinâmica, na medida em que isolavam os grupos em suas tribos autocentradas e ensaiavam na esfera *on-line* o que foi vazando para o mundo *off-line* em atitudes violentas concretas (BAUMAN, 2017).

As narrativas de ódio contam quase sempre com uma “teologia do ódio”, um fundamento último que legitima esse sentimento necessário para o grupo que se entende como pertencente aos escolhidos de Deus e governado por um líder por ele igualmente escolhido. Na conjuntura política recente, as narrativas de ódio ganharam visibilidade, força e operacionalidade que dispensam demonstrações. O país vivenciou de forma surpreendente o avanço do ódio e da violência simbólica e direta por parte do mandatário maior e de seus seguidores. O processo eleitoral deu intensa visibilidade, ampliou os números e propiciou cenas de violência e morte contra os opositores do Reino dos eleitos bolsonaristas. A relação entre ódio e religião ficou cada vez mais patente a medida em que grupos de orientação pentecostal, evangélicos e católicos, lançavam mão de teologias da batalha e de metafísicas maniqueístas para designar a luta entre os dois candidatos majoritários. A relação entre religião e política nunca foi tão explícita. Deus e Demônio foram acionados como fontes imediatas da polarização política e representantes diretos de cada um dos candidatos à presidência nas eleições de 2022.

A presente reflexão visa examinar de modo sumário dois pontos principais dessa problemática: o contexto e a lógica das narrativas de ódio e a fundamentação religiosa utilizada como justificativa da luta contra o mal iminente.

As narrativas de ódio em ascensão

Os projetos e governantes de extrema direita se espalham pelo planeta de modo sintonizado e, ao mesmo, tempo ancorados nas endogenias locais. O retorno cíclico dessas posturas políticas revela características recorrentes que parecem sugerir, de fato, um “eterno retorno” do autoritarismo político (KAHHAT, 2019). É tudo muito antigo e, ao mesmo tempo, muito novo. No hemisfério norte, Donald Trump reedita conhecidas posturas do fundamentalismo preservado pelo Partido Republicano mesclado dos conhecidos milenarismos que por lá pipocam de tempos em tempos e com novas doses (overdoses) de negacionismos e conspiração. Na Itália, os conhecidos intentos ultraconservadores de Salvini desembocaram na última composição política que instalou Giorgia Meloni, de tradição fascista, como Primeira-Ministra do país. Na Turquia e na Hungria os líderes seguem a mesma cartilha autoritária, sem medo de manifestarem-se com essa identidade político-religiosa. Cresce em outros países europeus a mesma tendência: da França de Marine Le Pen aos grupos de extrema direita de Portugal e Alemanha. Embora muitas vezes marcada por um ecletismo esotérico-cristão a tendência avança pelo mundo de forma sintonizada, quando não organizada (TEITELBAUM, 2020). A velha Europa libertária e defensora dos direitos iguais vai sendo habitada por narrativas intolerantes e violentas em relação ao diferente. O pânico moral (COSTA, 2022, p. 239-241) perante o risco de dissolução social e econômica das economias capitalistas ocidentais oferece o clima e a motivação para os retrocessos autoritários¹. São, portanto, estratégias de recuos políticos, não em busca de um novo regime capaz de superar essa malfadada crise, prenúncio de uma hecatombe apocalíptica, mas um recuo para garantir a sobrevivência do mesmo regime sem riscos de perdas nacionais e, evidentemente, de perdas individuais na escalada do bem-estar sem limites oferecido pelo consumismo hipermoderno (LIPOVETSKI, 2007). O pânico de mercado financeiro (dos especuladores que têm nome e endereço quase sempre anônimos) e dos consumidores inveterados (alimentados pelas promessas de bem-estar) são os dois lados da mesma moeda do pânico moral comum que engatilha a construção/rejeição dos inimigos do bem (bem-estar) e a escalada violenta contra esses mesmos através de narrativas e gestos de ódio.

¹ Theodor W. Adorno indicava no final dos anos sessenta o vínculo inseparável entre crise do capitalismo e avanço dos grupos políticos de ultradireita (ADORNO, 2020, p. 45-50).

O Brasil protagonizou uma tragédia original de governo de extrema direita. Os quatro anos do governo Bolsonaro trouxeram de volta não somente pautas dos regimes ditatoriais e fascistas, como também composições inéditas de um populismo digital e de apoios inéditos de fundamentalistas evangélicos e tradicionalistas católicos, sem falar do apoio maciço de militares. O Estado de direito e laico esteve por um fio e ainda carrega as consequências nefastas desses aparelhamentos tão antigos quanto às teocracias pré-modernas. O bolsonarismo gestado nesse período revelou seu extremismo fascista e golpista nos movimentos que negavam os resultados eleitorais e pediam o retorno de uma ditadura militar. As armas de fogo liberadas em números assustadores pelo governo² compuseram cenas de violência e de morte no epicentro das eleições que, ao final, lhe impuseram a derrota. De modo bem semelhante ao que ocorreu com a derrota de Donald Trump nos EUA, a negação da lisura e legitimidade das eleições e, por conseguinte, os movimentos radicais violentaram o estado democrático e induziram violências físicas em diversos pontos do país. O desfecho comum da invasão do Capitólio (06 de Janeiro de 2021) e das sedes dos três poderes no Brasil (08 de janeiro de 2023) revela a concreticidade dos discursos de ódio, para além de meras narrativas virtuais. O que era consenso sagrado dos tempos democráticos e dos direitos humanos vai sendo descartado como um grande sistema perverso que visa transformar o planeta em um grande regime comunista que nega os valores mais fundamentais da autêntica família, da pátria e da religião verdadeiras.

A pergunta que ecoa pelo planeta é sobre as condições históricas e os mecanismos políticos que permitem retornos a posturas supostamente superadas pelos tempos democráticos. As experiências traumáticas dos regimes nazista e fascista e das ditaduras do século passado não foram suficientes para banirem definitivamente as vontades de submissão aos líderes autoritários (FREUD, 2011, p. 27) e a seus propósitos messiânicos? Que sentimento sustenta esses retornos em pleno século XXI, quando a transparência dos fatos torna-se regra nas redes de comunicação no exercício de convivência global? Como as narrativas de ódio construídas e veiculadas nas mesmas redes obtêm consensos massivos, prescindindo da crítica e de critérios éticos?

² Segundo *Carta Capital* de 28/06/2022 houve um aumento de 474% no porte de armas no governo de Bolsonaro.

A conjuntura de crise e a sociedade das redes sociovirtuais podem fornecer as chaves que permitem desvendar as rupturas e retrocessos em curso, onde o ódio naturaliza-se como método de comunicação e como postura de relacionamentos entre indivíduos e grupos (FISHER, 2023). As crises se definem como momentos históricos em que o passado não responde mais com seus esquemas de explicação e solução e o futuro ainda não foi gestado com as mesmas funções. Nesses momentos, a volta ao passado e a ilusão do futuro costumam ser a estratégia adotada. Ora se busca no passado aquilo que já foi conhecido e que supostamente pode superar a crise, ora se busca no futuro as soluções messiânicas. Alain Touraine indica uma tendência atual que conecta as soluções do passado com as soluções do futuro. O sociólogo fala em “utopias retrospectivas” que fazem imaginar “uma volta a uma ordem global baseada em crenças religiosas ou instituições políticas e susceptível de por fim à fragmentação da experiência vivida”. Observa, entretanto, que essa “volta é impossível; e aspirar a ela só leva à fusão de uma ideologia comunitária com um projeto modernizador nas mãos de um poder autoritário”. Trata-se de uma volta fundamentalista que evoca mitos de origem que impõe concepções nacionalistas e autoritárias (1999, p. 47).

A crise real e/ou construída

A consciência de uma crise tem um aspecto real marcadamente econômico, quando as condições de vida de um grupo são afetadas por uma intempérie natural (uma catástrofe que interfere na produção) ou política (o fracasso de uma liderança que não administra a produção com competência) que coloca em risco a sobrevivência regular do grupo. Mas nada disso dispensa a tomada de consciência da população atingida. É da consciência de que existe uma situação inaceitável que nasce a percepção de uma crise, no seu sentido mais genuíno: *krisis* em grego, momento em que se consegue perceber e denominar uma doença, mediante a presença de um conjunto de sintomas, assim como momento em que um processo de julgamento é consumado com os dados disponíveis. A crise é sempre um critério de discernimento - a palavra *kritérion* da mesma família - de uma realidade. Ou seja, toda crise traz consigo a consciência de uma realidade, sem o que permaneceria latente, embora real. A consciência alienada ou fanática não

percebe as crises por permanecerem presas a certas ilusões que camuflam ou distorcem a realidade.

A crise traz consigo o descrédito em relação às explicações e soluções do presente e, por conseguinte, uma busca de superação que pode vir do passado e do futuro, já que o presente está em estado de falência. Emergem, assim, os movimentos de retrocesso históricos - volta a algum lugar do passado na busca de respostas já formuladas - e as antecipações do futuro: a construção de soluções radicais, paradisíacas que resolvem todos os problemas históricos. Embora pareça contraditória, a conjunção dos dois movimentos é bastante frequente: as voltas às soluções do passado possuem um elemento de promessa messiânica de um futuro prospero iminente contido nas palavras de algum líder messiânico. A fuga para passado/futuro é sempre uma solução mítica, uma vez que traz consigo uma inevitável fantasia de solução, por se tratar, evidentemente, de uma construção presente, a única possível. Todo retorno ao passado, assim como toda antecipação do futuro são sempre fabricações presentes, retrojeções ou projeções de imagens e valores do presente, já que designam temporalidades inacessíveis, por já ter acontecido ou ainda não ser realizada. Em ambos os casos são sonhos estimulados pela fantasia de solução.

O sociólogo Manuel Castells explica a crise atual - filha da crise econômica - como ruptura política, de forma que. “Quanto menos controle as pessoas têm sobre o mercado e sobre seu Estado, mais se recolhem numa identidade própria que não possa ser dissolvida pelos fluxos globais. Refugiam-se em sua nação, em seu território, em seu deus” (2018, p. 19). A democracia formal vem sendo interpretada como um modo falido e corrupto que deve ser superado por outro regime que, evidentemente, não existe. Mediante essa constatação, o retorno a um fundamento anterior à democracia é colocado em marcha: volta à família patriarcal como base social, à nação (pátria) como unidade primordial autossuficiente, à raça como identidade oposta aos estrangeiros e a Deus como fundamento do poder (2018, p. 38).

O lema repetido à exaustão por Jair Messias “Deus, Pátria e Família” sintetiza esse retorno a um suposto fundamento da vida social com o qual se conectam diretamente ele e suas massas. Não se trata de um retorno inventado

pelo líder militar, mas, muito ao contrário, de um mantra que remonta ao líder Mussolini e que já fora abrasileirado pelo integralista Plínio Salgado na década de trinta (GONÇALVES-NETO, 2020, p. 14-15). A crise experimentada como caos exige um recuo à uma temporalidade mítica, fonte de valores e referências anteriores e superiores às estruturas instituídas deterioradas: anteriores à própria ética e aos direitos já estabelecidos como regra de convivência.

Sair da crise caótica exige, assim, uma solução radical que supere as convenções democráticas na adesão confiante ao líder salvador da pátria. A promessa do líder se apresenta como certa e infalível e se concretizará eliminando todos os inimigos que são os causadores da crise. A luta entre caos e cosmos, entre o bem e o mal, Deus e o demônio fornece a gramática de fundo que acorda sentimentos e imagens arcaicas de onde brotam todas as rivalidades, o dever de odiar e a ordem legítima de matar.

A sociedade estruturada em bolhas

O planeta economicamente globalizado e conectado pelas redes de comunicação não parecia permitir o retorno desses personagens e projetos de ultradireita que negam um passado construído a duras penas por meio de revoluções e de invenções institucionais renovadas que rompiam gradativamente com visões e práticas consolidadas na longa idade média. A chamada civilização moderna começa a ser negada em sua ética mais fundamental, em suas instituições e em suas etiquetas por grupos organizados nas redes virtuais. O que foi sendo considerado imoral, politicamente incorreto e, até mesmo, criminoso, pela civilização moderna emergiu sem disfarces no espaço público. Nem mesmo aquilo que sustentou a marcha de racionalização da humanidade, no sentido da verdade que gerou os sistemas filosóficos e as ciências com seus referidos métodos gozam de legitimidade, a medida em que as redes sociais delegam a cada bolha e indivíduos o critério único de discernimento do falso e do verdadeiro (CHARAUDEAU, 2022). No regime das bolhas - sociais, políticas e cognitivas - a crença na narrativa comum recebida com agilidade e abundância rege a comunicação e as relações como verdade que dispensa toda verificação e se

tornam uma espécie de dogma com grande força de indução de comportamentos coletivos.

De fato, a tradição centrada na razão - nas formas mais clássicas ou modernas - e a democracia pareciam estar consolidadas como sistemas definitivos capazes de direcionar os sujeitos autônomos na convivência segura nas várias esferas de relacionamentos sociais, dissolve-se perante as grandes bolhas sociais autocentradas em suas verdades próprias. A cada grupo basta a sua verdade, mesmo que se contraponha a toda tradição e consenso adotados pelas instituições políticas, jurídicas, científicas e religiosas.

Mas não se trata somente de uma nova estruturação social que rompe com as dinâmicas da sociedade global que até hoje vigoraram com suas instituições; trata-se de um novo modo de viver e relacionar diretamente vinculado a um modo de produção digital onde as relações entre *tecnologia-consumo-sociedade-política* costumam novos e inseparáveis vínculos que transformam os velhos vínculos em estruturas dispensáveis para os relacionamentos comerciais, sociais e políticos. Não se trata, portanto, de uma simples escolha de pertença grupal, mas de um novo tipo de vida comum que vai impondo-se como prática, ainda que sem regras definidas.

Como bem explica Giuliano Da Empoli (2020) esse sistema é fruto de uma engenharia cada vez mais eficiente que fabrica os mecanismos de sustentação das redes com suas verdades, onde o robô e os sujeitos ocultos que o fabricam e vendem se escondem por detrás da “inocência grupal” estimulada incessantemente a reproduzir suas verdades com paixão e militância digital (executada pelo toca digital e não pelo intelecto). Na lei da repetição e do estímulo às paixões mais arcaicas, os algoritmos criam consensos emocionais e, por conseguinte, a convicção da infalibilidade das “verdades” (mentiras) então reproduzidas. Engenheiros ocultos sustentam, portanto, esses mecanismos que semeiam o caos, em nome de um interesse político (econômica!) que visa manter o sistema-mundo sob o domínio de alguns poucos. Se esse interesse é da idade do ser humano, a novidade reside, entretanto, na articulação ultraconservadora de extrema direita que separa o mundo entre dois polos opostos e transforma em caos tudo o que significar desacordo.

Se o algoritmo das redes sociais é programado para oferecer ao usuário qualquer conteúdo capaz de atraí-lo com maior frequência e por maior tempo à plataforma, o algoritmo dos engenheiros do caos os força a sustentar não importa que posição, razoável ou absurda, realista ou intergaláctica, desde que ela intercepte as aspirações e os medos - principalmente os medos - dos eleitores (2020, p. 20).

A idade digital reedita em tecnologias avançadas os velhos medos e os velhos fantasmas que habitavam o mundo sobrenatural e emergiam no mundo dos homens a qualquer momento. A diferença é que o mundo antigo aprendeu a dar nome e endereço a seus fantasmas e dominá-los ritualmente. Os fantasmas de hoje agem de modo oculto por detrás de um sistema que captura os sentimentos e constrói convicções seguras. As redes sociais são redes apaixonadas que se alimentam de um consenso emocional que nivela os participantes em uma massa crente de iguais. O conceito de *homofilia* (SANTAELLA, 2019, p. 17-19) tem sido, com razão, utilizado por especialistas para explicar esse modo de conviver regido pela informação sempre verdadeira e detentor da *única verdade* entre os irmanados no mesmo grupo.

As narrativas de ódio

A experiência direta, a observação da história e as ciências constataam que o ser humano é capaz de odiar. O ódio faz parte da natureza humana e seus efeitos acompanham a historia da espécie, das cavernas aos tempos globalizados. É verdade que as grandes tradições religiosas e as instituições modernas construíram as regras para a contenção, tanto do sentimento, quanto das ações odiosas. Odiar foi tornando-se cada vez mais um impulso a ser contido, ao menos na esfera dos relacionamentos sociais. Se cada indivíduo experimenta em seu íntimo o sentimento odioso ela, não pode, contudo, expressá-lo publicamente por meio de narrativas que o incitem e justifiquem como correto e, muito menos, por meio de ações que o traduza em intolerância e violência.

O processo histórico de negação da violência

As civilizações foram construídas lentamente em um percurso de superação do ódio que incluía cada vez mais o valor da igualdade de direitos de todos os indivíduos e povos. Se, por um lado, a história revela uma inegável contradição desse processo, mediante os domínios coloniais e as posturas etnocêntricas, revela por outro um longo caminho de superação do ódio socialmente ativo, como imoral e criminoso. Em seu livro *Os anjos bons de nossa natureza*, o psicólogo canadense Steven Pinker, demonstra como a violência foi diminuindo à medida que as sociedades se modernizavam no fluxo do processo civilizacional. Como bem descreve em números e análises, a violência legitimada pela cultura e executada pela política torna-se cada vez mais imoral, ilegal e feia para as sociedades (2017).

O fato da modernização e, antes, das próprias religiões deslegitimarem o sentimento de ódio como socialmente feio, perigoso e pecaminoso, não significou, evidentemente, a superação desse sentimento/postura, ao menos no fundo da alma humana. O ódio sobrevive como dinamismo psíquico e como postura social, mesmo que sob as vigilâncias da moral e também da lei. Afinal, quem nunca desejou a morte de alguém? Ou, até mesmo, quem nunca desejou matar ou, ao menos, surrar alguém? O ódio é o próprio desejo de aniquilação daquele que se mostra como entrave para a estabilidade, o direito ou a realização individual. Ele nasce do desejo humano. Segundo René Girard estaria dentro do próprio desejo mimético, ou seja, da tendência natural do ser humano desejar o que o outro deseja, gatilho para as rivalidades que impulsionam a violência individuais e grupais (1990, p. 178-188).

Em um ponto Pinker e Girard parecem estar de acordo: o processo civilizatório se encarregou de criar as condições de superação da violência por meio de suas regras e instituições. Contudo, René Girard insiste no papel central da religião nesse processo, quando os rituais vão controlando a violência grupal, tendo o cristianismo como um ponto de chegada. Essa perspectiva está completamente afastada das considerações de Steven Pinker que, ao contrário, vê nas religiões uma fonte inevitável de violência. A reflexão aqui proposta não nega, e não poderia negar, as exposições reais e pertinentes de Pinker que se impõem com seus abundantes dados e indicam, de fato, o triunfo de uma ordem social que vai

eliminando a violência de seus padrões e de suas políticas. No entanto, persegue um dado histórico factível no interior da mesma ordem: o aumento significativo das várias fobias com suas narrativas de ódio. O mundo atual experimenta esse dado em seus quadrantes, embora o assista atônito ou busque os meios de superá-lo. O fato é que a sociedade cada vez mais estruturada em redes sócio virtuais, não coincide com o mundo configurado pela modernidade com suas instituições jurídicas e políticas pautadas nos direitos individuais, na tolerância e na igualdade. O conflito entre uma sociedade ainda sem lei e uma sociedade estruturada em leis persiste no paralelismo dos mundos *off-line* e *on-line* em pleno funcionamento. Talvez Popper explicasse a dinâmica das bolhas sociais (políticas e religiosas) como um retorno ao tribal, território naturalmente violento por se entender exatamente como oposição aos demais (1959).

A dinâmica do ódio

O ódio é um sentimento/postura tão somente humano, embora muitos possam projetá-lo tanto em Deus, quanto nos animais. É o ser humano que se relaciona de forma destrutiva com o outro e pode matá-lo unicamente para se defender preventivamente de um possível ataque real ou imaginário. A imaginação do perigo pode ser para o ser humano mais real que a própria realidade. Não basta existir o perigo real e o inimigo real; é preciso construí-los socialmente para que sejam, de fato, uma ameaça social e um perigo a ser enfrentado e eliminado.

O criminalista Matthew Williams explica a dinâmica do ódio a partir de duas chaves, uma biológica, como sentimento inerente aos mecanismos da espécie e como dinâmica ao mesmo tempo social. É da relação entre o herdado e o construído que se pode entender os episódios de ódio, sem razão de ser. Ou seja, na medida em que o medo é construído e adquire dimensões sociais (pânico moral) os mecanismos violentos são acionados como estratégia de defesa e vão adquirindo expressões de violência simbólica e física (WILLIAMS, 2021). Há que considerar alguns ensinamentos do autor a esse respeito: a) a tendência social de se estruturar entre o endo e o exogrupo³, de onde brotam os preconceitos, as narrativas de ódio

³ Categorias utilizadas por Gordon Allport em seu estudo clássico sobre *A natureza do preconceito* (Cf. ALLPORT, Gordon W. *La naturaleza del prejuicio*. Buenos Aires: EUEBA, 1971).

e as atitudes violentas; b) a construção social dos inimigos, sobretudo em tempos de crise; c) os eventos-gatilho, episódios grandes ou pequenos que desafiam os valores instituídos e despertam grupos/indivíduos para reações violentas (2021, p. 195-222).

A sequência *medo-ódio-violência* constitui a estrutura de fundo das guerras de narrativas e das guerras físicas que acompanham da história humanas nas diversas conjunturas e nos mais diversos formatos. O nexo inseparável entre as três posturas pode diminuir, extinguir, alimentar ou ampliar as conjunturas violentas nos grupos sociais de um modo geral. O combustível fundamental reside no medo que se torna pânico e contagia o grupo. O aspecto imaginário do medo, socialmente construído e consensuado, tem um papel fundamental para que a violência seja desencadeada como necessária e legítima. Nessa construção, a religião exerce uma forte influência, por oferecer as razões mais radicais para identificar os inimigos em nome de Deus e, se for o caso, enfrentá-los por meio de estratégias violentas. A religião fornece, assim, não somente a justificativa dos enfrentamentos violentos, mas também a coragem para a guerra contra o inimigo que pode levar à morte, uma vez que a morte entendida em chave religiosa torna-se, de fato, apenas uma passagem para a eternidade.

As batalhas espirituais fundamentam a violência

O ódio e a morte precisam de uma narrativa que lhes dê fundamento e os tornem naturais por serem necessários. A luta entre o bem e o mal se enraíza com naturalidade em solo religioso, onde habitam Deus e o Demônio com suas lutas eternas. É desse mundo que tudo sustenta que os regimes e personagens salvadores políticos retiram suas últimas justificativas, desde o mundo pagão antigo até os novos ensaios de teocracias atuais (PASSOS, 2021). As batalhas humanas se amparam nas batalhas religiosas, aquelas que se apresentam como roteiro mítico primordial ou como verdade revelada contida em um texto sagrado.

No contexto atual, o uso de narrativas bíblicas tornou-se recorrente como fundamento das narrativas de ódio que autorizam, não somente a rejeitar o outro,

mas a considerá-lo como inimigo odiado a ser eliminado. Para tanto, imagens do Deus bélico e cenas de batalhas comuns em passagens da Bíblia hebraica, são adotadas por grupos fundamentalistas - evangélicos e católicos - com a finalidade de justificar suas posições em relação aos que politicamente se apresentam como inimigos do bem. A batalha entre os do bem e os do mal, cujo grande inimigo é o próprio Demônio são, ao mesmo tempo, incitadas ou confirmadas por passagens bíblicas. O historiador Léon Poliakov sugere uma interpretação da história a partir da chave que denomina *causalidade diabólica* (1991). Explica os momentos de crise histórica a partir das teorias da conspiração construídas precisamente com a finalidade de localizar os inimigos diabólicos que devem ser eliminados.

As narrativas bíblicas violentas como normativas

A vantagem das narrativas bíblicas é oferecer para os conspiradores um apoio seguro e inquestionável a suas narrativas, pois, afinal, o inimigo detectável em personagens, grupos ou nações concretas se encontrariam já explicados em narrativas reveladas por Deus, sendo, assim, parte de um roteiro revelado desde sempre. As batalhas bíblicas oferecem a verdade e a segurança para as estratégias de enfrentamento e aniquilamento do inimigo como autoridade absoluta por ser Palavra de Deus. As batalhas religiosas, retiradas das narrativas bíblicas e atualizadas nas batalhas políticas atuais, fornecem também o fundamento para ‘o tudo e o nada’, para a vida e a morte. Mais que um roteiro que legitima (normatiza) as batalhas violentas atuais, essas narrativas fornecem a força (sempre atual) para a luta que pode matar. E em uma visão escatológica a história presente é apenas um detalhe e a luta ordenada por Deus pode adquirir um significado de vitória final, de antecipação do triunfo definitivo do bem contra o mal.

A autoridade divina instaura de modo dogmático um tempo de “exceção ética” de caça e morte dos inimigos diabólicos. Somente o Deus que proíbe matar, pode autorizar a violência e a morte por parte de seus eleitos, ou de seu ungido para governar.

Essa síntese político-religiosa conecta *inimigo-ódio-guerra-Deus* de forma que a guerra se mostra justa e necessária para eliminação dos inimigos de Deus e

de seu povo eleito. Nessa lógica, a batalha que era até bem pouco entendida como batalha espiritual retratada na narrativa bíblica traduz-se em batalha política, em guerra simbólica (cultural ou religiosa) que os grupos ameaçados devem empreitar contra seus inimigos.

As guerras religiosas desencadeiam a rivalidade que por si mesma já destrói o inimigo em nome de Deus (KORYBKO, 2018), assim como criam as condições morais para as narrativas de ódio e, no limite, para os atos de violência e as guerras diretas. Deus é a última razão para todas as coisas e, por conseguinte, a última razão para as guerras culturais e as guerras diretas. Um Deus da guerra anistia os seus eleitos do cumprimento da norma do “não matar” e do mandamento do amor ao inimigo, no caso do cristianismo. O divino assim evocado como narrativa verdadeira a ser imitada (*imitatio dei*) pelos seus seguidores eleitos torna-se modelo da própria ação violenta e da morte autorizada. Fazer guerra é imitar um roteiro realizado por Deus (ELIADE, 1999, p. 63-98) e, portanto, obedecer a uma regra por ele estabelecida. As narrativas de ódio/violência tornam-se normativas para que as utiliza de modo fundamentalistas, já que todas expressam em sua literalidade uma verdade absoluta, segundo o princípio da inerrância bíblica. É nessa perspectiva que todas as batalhas políticas empreitadas pelos fundamentalistas evangélicos e católicos - das mais fantasiosas às minimamente reais - são acionadas e praticadas.

A hermenêutica das narrativas violentas

A interpretação de todo texto se dá na relação entre sujeito-objeto, ou seja, de um leitor munido de pressupostos que busca significados em um conjunto de codificações presentes em uma narrativa. A leitura de um texto bíblico expõe essa relação de modo emblemático. Um sujeito crente, munido de pressupostos de fé e, portanto, de pré-conceitos já estabelecidos, busca em passagens bíblicas determinados significados ali codificados em estilos e mentalidades próprias. Por essa razão, toda pretensão de leitura neutra que dispensa a consciência dos pressupostos do sujeito leitor e que afirma uma objetividade única do texto, se mostra falsa, antes de tudo por ser impossível. Por essa razão, o resultado da interpretação é sempre uma “fusão de horizontes”, aquele do sujeito e aquele do

texto. Assim expôs Hans-Georg Gadamer, o grande mestre da hermenêutica (2002, p. 400-425).

O uso das narrativas de guerra presentes na bíblia para referenciar os contextos de guerra, de violência e de rivalidade só pode ser entendido dentro desse quadro. Quando se busca uma narrativa como fundamento e justificativa para uma luta política as duas perguntas hermenêuticas são colocadas: quais os pressupostos do sujeito que lê e qual o conteúdo do texto. Em toda interpretação é necessário, portanto, conhecer tanto o sujeito quanto o texto. Qual a razão de se buscar uma narrativa de batalha violenta na Bíblia para dar sentido e apoio às violências atuais? Onde estão o ódio e a violência, nos pressupostos dos sujeitos leitores ou somente no texto? Não há dúvidas de que o leitor busca, seleciona e interpreta um texto com seus pressupostos, ou seja, com seus interesses em adotar uma determinada narrativa que lhe ampare em suas convicções já estabelecidas. Um leitor homofóbico busca e seleciona textos que sejam um espelho de sua postura (um texto homofóbico), assim ocorrem com os intolerantes e com os adeptos das narrativas de ódio. Embora de modo diametralmente oposto, ocorre o mesmo com os que buscam no texto as justificativas para os seus pressupostos pacíficos e de suas convicções sobre a virtude do amor. A Bíblia por sua extensão e complexidade pode servir à justificativa de muitas posturas, inclusive de posturas antagônicas.

A ilusão fundamentalista acredita no significado imediato do texto bíblico. O significado está contido no que o texto diz - na sua literalidade e na sua narrativa - o que dispensaria o exame crítico do texto, ou seja, de sua historicidade (o contexto onde foi elaborado com todos os condicionamentos da época) e o estilo literário em que foi escrito. O texto é uma verdade objetiva e válida em sua totalidade em todo tempo e lugar. Trata-se de uma verdade absoluta anterior e superior a qualquer outra verdade, de forma que toda verdade que o contradiga passa a ser considerada mentira. Por se tratar de uma verdade manifesta na superfície do texto ela expressa uma realidade que é eterna, que vale para ontem e pra hoje, que acontece hoje como aconteceu no passado.

É dentro dessa regra que as narrativas das batalhas bíblicas são utilizadas para justificar as batalhas políticas atuais: a) como narrativa que comunica na sua

literalidade um Deus envolvido na guerra, amparado e ajudando seus eleitos; b) como fato e verdade revelados sempre atuais, que tanto quanto no passado pode ser acionado no presente; c) como norma que deve reger os eleitos de Deus na luta contra os seus inimigos atuais. Deus é o Deus da guerra, da luta entre os bons e os maus, que autoriza e contribui com a eliminação dos maus e o triunfo dos seus eleitos; d) como antecipação escatológica da vitória final do bem contra o mal; antecipação que relativiza o tempo presente, a morte do inimigo e a própria morte de quem luta. Esse é o resumo da fé no Deus da batalha.

Nada de novo em termos hermenêuticos. A mesma necessidade de discernir os pressupostos do sujeito e o conteúdo do texto. O desafio que se eleva como urgência é sobre o discernimento sobre a naturalização da violência com o uso do texto bíblico, adotado como verdade absoluta capaz de justificar o contexto de luta política e instaurar uma conjuntura de luta entre o bem e o mal. As imagens violentas de Deus e das guerras contidas na Bíblia podem ser adotadas como verdade revelada? Ou ainda mais, como normativas para os dias atuais? O que fazer com essas imagens agora largamente utilizadas? Essas narrativas têm ainda validade normativa para os dias atuais? Se até bem pouco tempo o uso de textos sagrados para fundamentar, delegar e alimentar a violência era uma prática do mundo islâmico, trata-se, agora, de um uso cada vez mais generalizado em nossa conjuntura política. As batalhas saíram dos textos bíblicos e foram traduzidas em batalhas políticas concretas. O ódio flui como espiritualidade alimentada pelas narrativas sagradas e gera violências sob o patrocínio de Deus.

Considerações finais

O temor, o ódio e a guerra executados com o patrocínio direto de Deus constituem o clima e a conjuntura mais favoráveis para os que se julgam posicionados em uma batalha entre o bem e o mal encarnados historicamente em fatos em personagens. Somente de Deus podem vir a última explicação e a última justificativa para o enfrentamento dos bons contra os maus, sobretudo em um contexto religioso. As narrativas das batalhas bíblicas presentes em muitas cenas do Antigo Testamento, sobretudo nas sagas das conquistas da terra de Canaã, ofereceram roteiros para as chamadas batalhas espirituais amplamente utilizadas

por grupos pentecostais/fundamentalistas como forma de significar a luta entre Deus e seus eleitos contra tudo o que era considerado inimigo de Deus. O que se verifica nos últimos tempos é o uso político dessas narrativas em conjunturas concretas como fundamento para direcionar e posicionar os grupos crentes perante os discursos de ódio e as práticas violentas que os traduzem.

A compreensão fundamentalista do texto exige a sua tradução imediata no presente sem qualquer mediação teórica que venha distinguir passado e presente que separa o leitor de hoje da narrativa de ontem e, por conseguinte, ponderar imagens, contextos e estilos que relativizem as mesmas narrativas. Assim, as batalhas bíblicas que colocam em guerra Deus e seus eleitos contra os inimigos, são presentificadas nas lutas políticas atuais, configuradas em projetos, partidos e personagens. É quando as teologias da guerra são acionadas em um círculo hermenêutico entre passado e presente e oferecem a última justificativa e a força maior para as lutas históricas. Deus autoriza o ódio, a violência e a morte, uma vez que essas posturas se encontram explícitas nas narrativas bíblicas que são reveladas, inerrantes e normativas.

A conjuntura atual desnudou a hermenêutica fundamentalista que parecia habitar somente o mundo islâmico como parte de um distante fanatismo religioso. Os pressupostos fundamentalistas não oferecem, por si mesmos, qualquer saída para esses paradoxos político-religiosos. Vivenciamos de modo escancarado a politização da leitura fundamentalista da Bíblia que trazem de volta os enredos teocráticos do passado. A luta entre o poder de Deus e os poderes do mal historicamente encarnados está em marcha. O ódio e a morte são naturalizados quando são realizados em nome de Deus. Quem poderá romper com essa prisão sagrada?

Referências

ADORNO, Theodor W. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Unesp, 2020.

ALLPORT, Gordon W. *La naturaleza del prejuicio*. Buenos Aires: EUEBA, 1971.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

- CASTELLS, Manuel. *Ruptura; a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- COSTA, Gustavo G. da. Pânicos morais. In SZWAKO, J. - RATTON, J. L. (Orgs). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: CEPE, 2022.
- CHARAUDEAU, Patrick. *A manipulação da verdade; do triunfo da negação às sombras da pós-verdade*. São Paulo: Contexto, 2022.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano; a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FISHER, Max. *A máquina do caos*. São Paulo: Todavia, 2023.
- EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Autêntica, 2020.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. Obras Completas 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método; traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GONÇALVES, L. Pereira - NETO, O. Caldeira. *O fascismo em camisas verdes; do integrismo ao neointegrismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Unesp/Paz e Terra, 1990.
- KAHHAT, Farid. *El eterno retorno; la derecha radical em el mundo contemporâneo*. Lima: Crítica, 2019.
- KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal; ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- PASSOS, J. Décio. *No lugar de Deus; ensaios (neo)teocráticos*. São Paulo: Paulinas, 2021.
- PINKER, STEVEN. *Os anjos bons de nossa natureza; por que a violência diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- POLIAKOV, Léon. *A causalidade diabólica I*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- POPPER, Karl. *A sociedade democrática e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.
- SANTAELLA, Lucia. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri: Estação das Letras e cores, 2019.

TEITELBAUM, Benjamin R. *Guerra pela eternidade; o retorno do tradicionalismo e ascensão da direita populista*. Campinas: Unicamp, 2020.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

WILLIAMS, Matthew. *A ciência do ódio; a jornada de um cientista para compreender a origem dos preconceitos e da violência que ameaçam o futuro da sociedade humana*. Rio de Janeiro: Globolivros, 2021.

Trabalho submetido em 24/04/2023.
Aceito em 18/06/2023

João Décio Passos
Universidade Católica de São Paulo

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Livre Docente em Teologia pela PUC-SP. Atualmente é professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Editor da Editora Paulinas.